REQUERIMENTO Nº 075/2025
Data: 14 de março de 2025

Ementa: solicita informações do Executivo Municipal e, a procuradoria geral do município para que apresentem os dados judiciais em que o Município está sendo processado através de responsabilidade subsidiária decorrente da relação de empresas e trabalhadores terceirizados.

Excelentíssimo presidente,

Requer-se, após deliberação regimental do Plenário, encaminhada cópia do presente ao prefeito Adriano Backes, para que autorizem os setores competentes a fornecerem, nos termos do artigo 59, inciso XIII, da Lei Orgânica Municipal, as informações abaixo solicitadas por este vereador, em relação aos processos em que o município foi intimado por responsabilidade subsidiária decorrente da relação de empresas e trabalhadores terceirizados:

- **Número total de processos judiciais** nos quais o município esteja sendo intimado, direta ou indiretamente, por negligência em relação aos direitos e condições de trabalho dos servidores terceirizados, realizados até o momento.

- **Descrição dos motivos que fundamentaram as intimações**, como, por exemplo, atraso no pagamento, falta de fiscalização, condições inadequadas para a segurança, o bem-estar no ambiente de trabalho entre outras situações que tenham gerado a intimação do município em tais processos;

- **Informações detalhadas sobre os setores ou serviços envolvidos**, esclarecendo a relação entre os contratos de terceirização e os processos de intimação, indicando se as negligências estão ligadas a algum tipo específico de serviço ou empresa contratada;

- **Valor total das eventuais multas ou condenações**, se houver, ou qualquer outra penalidade imposta ao município em razão dessas intimações por negligência em relação aos servidores terceirizados, quais os valores a serem pagos;

- **Relatório das ações corretivas ou medidas preventivas adotadas pelo município**, caso existam, para evitar novas intimações ou condenações por negligência, que seja relatado as providências tomadas para resolver as questões apontadas nos processos.

Este requerimento é pautado no dever constitucional dos vereadores de fiscalizar a atuação do Executivo Municipal, motivo pelo qual requer a solicitação das informações processuais em que o município tem envolvimento sobre a responsabilização dos (as) servidores (as) subsidiários.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.
Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 14 de março de 2025

FERNANDO CESAR S. DO NASCIMENTO
(FERNANDO NÈGRE)
VEREADOR